

## A construção identitária em comunidades plurais e inclusivas Identity construction in plural and inclusive communities

**Sofia Bergano**

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança  
[sbergano@ibp.pt](mailto:sbergano@ibp.pt)

### Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre os processos de construção da identidade num contexto em que as referências identitárias tradicionais estão em crise. Pensar a Educação Social e a intervenção numa perspectiva de desenvolvimento local implica a consideração de identidades culturais múltiplas em interação e, por vezes, em conflito. Neste sentido, impõe-se o desenvolvimento de uma postura reflexiva que interprete a identidade como um processo que resulta da interação entre o sujeito e o(s) seu(s) contexto(s), perspetivando a comunidade e os indivíduos numa relação dinâmica. Assim, o principal objetivo deste trabalho é conceptualizar a compreensão e o conhecimento da organização da narrativa identitária como estratégia de leitura da comunidade e de avaliação das suas fragilidades e potencialidades, no percurso de construção de comunidades verdadeiramente plurais e inclusivas.

**Palavras-chave:** *Identities Culturais, Educação e Intervenção Social, Comunidades inclusivas e Plurais.*

### Abstract

This paper proposes a reflection on the processes of identity construction in a context where traditional identity references are in crisis. Thinking about Education and Social Intervention in a local development perspective involves the consideration of multiple cultural identities in interaction, and sometimes in conflict. Thus, there must be a development of a reflective stance to interpret identity as a process that results from the interaction between the subject(s) and their context(s). Therefore, the main objective of this paper is to conceptualize knowledge and the understanding of the organization of narrative identity as a reading strategy of the community and assess their weaknesses and potentialities, in the journey of construction of genuinely plural and inclusive communities.

**Keywords:** *Cultural identities, Education and Social Intervention, Plural and Inclusive communities.*

### Introdução

A questão da identidade tem sido abordada, por diferentes quadros teóricos, como uma questão central para a indagação sobre a essência do ser humano. E, neste sentido, tem vindo a estar presente em discursos das mais diversas áreas das ciências sociais, na tentativa de dar resposta a questões intemporais e transversais a diferentes culturas como, por exemplo: *quem somos? o que nos define? qual a origem e a estabilidade do nosso ser enquanto pessoa? o que nos distingue dos outros e o que nos aproxima deles?*

Todas estas interrogações participam na reflexão subjacente à intervenção social, à constatação da diferença e ao trabalho de promoção de uma cultura inclusiva em que a justiça social esteja presente. O desenvolvimento local impõe uma lógica de atuação que tenha em conta a diversidade e as comunidades atuais são caracterizadas pela diversidade. Neste

enquadramento, é no respeito por esta diversidade que a intervenção social se justifica e tem sentido.

Importa, assim, perceber como operam os mecanismos de construção identitária, como os sujeitos se tornam naquilo que são, como se interpretam como pessoas, como interpretam a sua pertença a um determinado grupo social e como são interpretados por ele.

Esta compreensão é fundamental num contexto marcado pela mudança e pelas pertenças múltiplas e simultâneas a vários grupos de pertença que complexificam a rede de referências identitárias que os sujeitos têm ao seu dispor para organizarem a narrativa que dá sentido às suas vidas.

### **Conceptualizar a identidade**

A identidade sempre foi uma temática presente no pensamento filosófico e esta presença é tributária de uma preocupação que percorre a humanidade, ao longo dos tempos, e como tal está presente no senso comum, de facto a indagação acerca de quem somos e como nos tornamos naquilo que somos está presente nas mais diversas áreas de saber.

Quando analisamos estas questões aparece sempre a tensão entre o individual e o coletivo, entre a essência e a existência, entre o inato e o adquirido por influência do meio.

De facto, a tradição cartesiana (Descartes, 1961/2003)<sup>1</sup>, com a separação do corpo e do espírito difundiu a ideia de que a natureza do espírito conferia-lhe, por oposição ao corpo, um carácter indivisível e portanto uno. Esta perspectiva apoia as posições expressas na convicção de que cada um é como nasce, e que sempre será assim, o que revela uma conceção de identidade estática, que acaba por veicular a ideia de que cada um de nós estaria determinado pela sua essência.

Estas perspetivas essencialistas foram questionadas pela tradição empirista, designadamente por Locke (1690/1999)<sup>2</sup>, que substituiu o determinismo da essência pelo determinismo do meio e, nesta perspectiva, cada um é aquilo em que o meio nos torna. E, neste sentido, destabiliza-se a ideia de um indivíduo essencial ao dotá-lo de uma consciência que se forma tanto por reflexão e memória como pelas relações com os outros.

Também o marxismo contesta as visões essencialistas sobre a individualidade e a unicidade humanas, sublinhando a centralidade das relações sociais de produção na constituição tanto dos sujeitos concretos como das suas relações com o Estado. Assim, nas perspetivas marxistas o que cada pessoa é, depende, em grande medida, da sua pertença social, da posição que ocupa

---

<sup>1</sup> A obra consultada e referida ao longo deste trabalho é uma edição de 2003, da Rés-Editora.

<sup>2</sup> A obra consultada e referida ao longo deste trabalho é uma edição de 1999, da Fundação Calouste Gulbenkian.

na assimetria de poder que caracteriza a sociedade capitalista, pelo que as diferenças identitárias se justificariam por um determinismo social fortemente presente na forma como cada um se interpreta e é interpretado no todo social.

Mas, a discussão em torno da identidade continua no final do século XIX e no início do século XX. Neste percurso teórico parece-nos pertinente referir que James (1916) defende que cada ser humano tem tantos eus sociais quantos são os grupos de indivíduos com que se relaciona e cujas opiniões valoriza. Inaugura-se com esta conceção um ciclo que coloca a identidade num espaço de tensão entre as relações que cada indivíduo estabelece com os diferentes grupos com que se relaciona. Nesta perspectiva o meio é encarado como fator de influências múltiplas tão plurais como os grupos de pertença.

Em meados do século XX, Mead (1934/2008)<sup>1</sup> propõe a noção de internalização para descrever como a sociedade e as suas instituições determinam a individualidade e a identidade. Deste modo, intensifica-se a tensão entre o eu individual (que permanece a categoria básica do pensamento liberal) e o eu social. De acordo com este autor existe um eu biológico, mediado por um eu social formado pela interação entre o indivíduo e os outros significativos – família, autoridades civis, grupos de pares. Todos estes outros significativos constituem um outro generalizado – a totalidade de valores, crenças e regras de comportamento com base nas quais se vive, e é neste sentido que se afirma que o indivíduo possui um self apenas na relação com os outros membros do(s) seu(s) grupo(s) de pertença.

Neste encadeamento conceptual, salientamos a noção de eu social como agente regulador do eu biológico e dinamizador de mudanças adaptativas do próprio organismo. *A noção de eu social de George Mead envolve dois momentos: o ambiente constantemente em mudança e sua assimilação por um organismo vivo* (Moreira e Macedo, 2002, p.15). Considerando esta perspectiva, temos dois termos fundamentais a considerar nas questões da identidade: (1) o espaço que se refere ao ambiente, ou melhor ao contexto envolvente, e (2) o tempo, quer no seu sentido histórico e cultural, quer como horizonte temporal na vida dos sujeitos, no que concerne ao seu passado, presente e projetos de futuro.

Os dois termos movem-se constantemente e o resultado da relação entre eles é sempre indeterminado no que se refere à pessoa. Como cada sujeito tem o seu espaço-tempo, sempre em movimento, a relação entre duas pessoas é sempre uma interação quadrupla, de tal modo que o Eu nunca é idêntico a si próprio. Assim, a sua identidade só pode ser apreendida em relação ao seu próprio espaço-tempo e aos espaços tempos que intersecta. Identidade é o

---

<sup>1</sup> O artigo consultado foi publicado, pela primeira vez, em 1934, como um capítulo integrante da obra *Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*, publicado pela Universidade de Chicago.

nome que se dá a essa intersecção, sempre temporária, sempre relativa ao processo, sempre relativa aos eventos que a constituem.

As dimensões, temporal e espacial, impõem, como podemos verificar, uma visão dinâmica da identidade. Esta dinâmica resulta da interação entre o sujeito e o meio e também da interação entre o sujeito e ele próprio na sua dimensão temporal, ou seja, na flexibilidade intrasubjetiva do passado, presente e planos de futuro. Esta noção de identidade, enquanto construção do contínuo temporal aparece, também, na perspectiva de José Pio-Abreu (2006), associada à representação que o indivíduo faz de si próprio e na narrativa que lhe dá sentido e unidade.

A identidade encontra-se, indubitavelmente, associada à representação que os indivíduos fazem de si próprios e, de acordo com Pio-Abreu (2006), corresponde a uma representação *fora do tempo presente, ou seja, no passado e no futuro* (p. 4). Ainda de acordo com o mesmo autor, a identidade está, então, fora do corpo do sujeito (como representação) mas, nunca deixa de ser acompanhada por este. No entanto, esta perspectiva da identidade como *representação de si próprio deriva da representação dos outros* (Pio-Abreu, 2006, p. 5). De facto, o sujeito tende a corresponder ou, pelo menos, a ter em consideração as expectativas das pessoas que o rodeiam, atribuindo-se, assim, à comunidade um papel de extrema relevância no sentido em que, em princípio, a identidade é conferida pela comunidade e alimenta-se de reconhecimento mútuo. Da mesma forma, e no entender do autor atrás citado encontra-se, também, associada aos papéis que desempenhamos e através dos quais partilhamos da dinâmica comunitária. E é, neste sentido, que acrescenta que a identidade *transcende o corpo e representa a própria comunidade que persiste para além do espaço e do tempo do corpo individual* (Pio-Abreu, 2006, p. 6).

A relação da identidade com o tempo, o espaço e a comunidade é também apresentada em enquadramentos teóricos de influência psicanalítica como, por exemplo, no trabalho de Grinberg e Grinberg (1998). Estes autores afirmam *que o sentimento de identidade resulta de um processo de interação contínua de três vínculos de integração que denominamos espacial, temporal e grupal* (p. 22).

Assim, o vínculo de integração espacial compreende a relação entre as diferentes partes do Self entre si, inclui o Self corporal, e tem como funções a manutenção da sua coesão, e a possibilidade da comparação e do contraste com os Outros. Ou seja, a integração espacial tende para a diferenciação Self – não Self, o que concretiza o processo de individuação. Por sua vez, o vínculo de integração temporal aponta para a ligação entre as diferentes representações do Self no tempo, estabelecendo uma continuidade entre elas e conferindo a base para o sentimento pessoal de unicidade. Por fim, o vínculo de integração social refere-se

à conotação social da identidade e é dado pela relação entre aspetos do Self e aspetos dos Outros, mediante os mecanismos de identificação projetiva e introjetiva.

Desta forma, a identidade aparece como fator e resultado da relação Eu-Outro, na medida em que constitui o critério de diferenciação em relação aos outros e se assume como um fator e um resultado da unidade do próprio Eu. Pode, deste modo, ser apresentada como fator e resultado de um processo de reconhecimento e pertença social.

Considerando a identidade como constructo complexo e, inquestionavelmente, associado, quer à idiossincrasia dos sujeitos, quer aos contextos que os influenciam, é inevitável que a crescente complexificação dos contextos sociais concorra para novos desenvolvimentos do próprio conceito de identidade.

### **A identidade e a mudança**

Uma ideia transversal à análise da identidade, na contemporaneidade, é a mudança. Assumindo a inevitabilidade da influência do contexto nos indivíduos, teremos que considerar que as constantes transformações económicas, políticas, sociais e culturais desestabilizam as ideias de identidade pessoal e nacional, tornando a tarefa individual de nos definirmos como sujeitos cada vez mais difícil.

Cada sujeito é permeável à influência de acontecimentos, fenómenos, culturas e valores transnacionais. Cada indivíduo não é mais um elemento de um grupo apenas, a pertença partilhada a diferentes grupos, por vezes caracterizados por valores e estilos de vida concorrentes entre si, acaba por pôr em causa as identidades tradicionais, em que a estabilidade e os processos de identificação pouco divergiam dentro do mesmo grupo de pertença. Assim e, apesar de existirem eixos identitários que podem marcar os sujeitos de uma forma mais intensa, cada sujeito acaba por ser actor na construção e redefinição da sua identidade. Cada sujeito, terá de gerir as suas pertenças múltiplas procurando construir uma identidade que o unifique enquanto pessoa, sabendo que esta constelação de características e a sua priorização valorativa pode (e vai) variar ao longo da sua vida. Por exemplo, num determinado contexto pode ser a identidade de género a prevalecer e o indivíduo define-se, primeiramente como homem ou mulher mas, num outro contexto ou situação pode definir-se primeiramente como cidadão de um determinado Estado ou como pertencente a um grupo étnico ou religioso.

Desta forma, emerge um novo sujeito, o sujeito pós-moderno que se caracteriza por ser um *sujeito fragmentado, descentrado tanto do seu lugar no mundo social como de si mesmo. Composto por várias identidades, algumas contraditórias ou mesmo não resolvidas* (Moreira e Macedo, 2002, p.18).

Face a esta dinâmica de mudança, a tarefa de cada um construir a sua identidade acaba por ser uma tarefa contínua. Neste sentido, a identidade já não pode ser vista como uma mera transmissão social do grupo para o indivíduo, como se de uma herança se tratasse, ela deve ser vista como um processo em que o sujeito se assume como produtor de si próprio, não negando a importância do grupo neste processo. Mas, no que se refere à influência do grupo não podemos esquecer que, atualmente, as pertenças partilhadas são cada vez mais comuns, o que muitas vezes representa não uma construção de identidade mas a necessidade contínua de (re)construir a identidade para fazer face às novas exigências que o meio coloca ao sujeito ou as que o sujeito coloca a si próprio.

Atualmente, a unidade identitária é questionada uma vez que

o indivíduo ocupa múltiplas posições de sujeito, isto é, apresenta distintos aspetos identitários que não se unificam em torno de um Eu coerente e que se modificam ao longo do tempo. O Eu mostra-se, portanto, uma produção histórica, cultural e discursiva, num constante processo de reconstrução. Constituindo e sendo constituído por diferentes relações de poder, é relacional, ou seja, define-se por sua relação com os outros (Carlson e Apple, 2000, citados por Moreira e Macedo, 2002, p.18).

Dando ênfase ao carácter não linear do processo de construção da identidade, Stuart Hall (1997) defende que *aspectos identitários diversos cruzam-se e deslocam-se no interior dos indivíduos e dos grupos, tornando o processo de identificação descontínuo, variável, problemático e provisório* (citado por Moreira e Macedo, 2002, p.19). E esta mesma ideia é também defendida por Alcoff (2008), ao afirmar que, no presente pós-moderno, os indivíduos desenvolvem a capacidade de viver numa certa ambiguidade e contradição, em função da fragmentação das influências culturais que vivenciam, o que trará para as suas vidas uma nova forma de afirmação da autodeterminação identitária. Esta nova autodeterminação propõe que a identidade não se baseia na afirmação da existência do Self, mas antes no direito do grupo à construção de um Self comprometido num processo de hibridização, em que o próprio grupo pode e deve escolher as imagens e linguagem que dominam o seu espaço cultural. Propondo a autonomia baseada no grupo, tem que se substituir a coercividade da identidade e deste modo, a autodeterminação é, de acordo com a mesma autora, a praxis da resistência.

Não devemos esquecer que estas dinâmicas de mudança colocam novos desafios aos sujeitos e, por conseguinte, novas dificuldades mas, simultaneamente, novas oportunidades de construir uma narrativa pessoal diferente daquela que produziram num contexto mais tradicional.

Conceptualizando a identidade como um processo de construção operado pelo sujeito em relação com o meio, é importante considerar que, nesta interação são tão importantes os mecanismos de identificação como os de diferenciação.

O sujeito constitui-se através da construção de semelhanças com os seus pares, ou com pares idealizados, mas também pelas diferenças que encontra e afirma em relação aos outros com pertenças distintas das suas. Neste sentido, podemos considerar identidade e diferença como entidades inseparáveis e mutuamente determinadas, uma vez que é apenas através da relação com o outro que a nossa identidade se produz. Assim, *a marca da diferença, portanto, está presente no processo de construção identitária: a identidade elabora-se sempre em oposição ao que não se é, constrói-se sempre no meio da diferença e não fora dela* (Moreira e Macedo, 2002, p.19).

Esta relação com o diferente na construção da identidade acrescenta, ainda mais, o seu carácter transitório num contexto de globalização e de transnacionalização da cultura, uma vez que, nos dias de hoje, o acesso à diversidade e a tomada de consciência da alteridade é um aspeto permanente das sociedades ocidentais.

Cada vez mais, aumenta o contacto com formas de vida, valores e culturas distintos, já não apenas de países distantes, mas no seio da própria sociedade, em que se desenvolvem movimentos culturais diferenciados e, por conseguinte, diferenciadores.

Dias de Carvalho afirma (2007) neste sentido, *a relação de alteridade como sendo não só primeira como até constitutiva de identidade própria* (p. 12), na senda de Ricœur (1990), propõe, então, a relação com o outro, como sendo a primeira referência identitária, a consciência da existência de alteridade é entendida como o primeiro passo na construção do Eu e na tomada de consciência de si próprio. Assim, a alteridade implica uma complexa interpretação do Eu e do Outro, uma vez que, segundo Dias de Carvalho, implica perceber *a presença originária do outro em mim e, simultaneamente, focalizar o outro como eu* (Dias de Carvalho, 2007, p.12).

É nesta gestão da semelhança-diferença que o sujeito tenta construir a sua narrativa pessoal, na tentativa de encontrar um sentido para a sua vida e de ver esse sentido reconhecido pelos outros que lhe atribuem valor de sujeito. No entanto, as referências identitárias são, como já vimos anteriormente, cada vez mais fragmentadas o que dificulta esta tarefa. E assim, esta procura de uma narrativa que faça sentido para o sujeito e para o(s) grupo(s) a que pertence, acaba por ser uma construção social só formalmente individual.

Formalmente individual porque, cada sujeito é agente de si mesmo, a organização e a coerência (possível) entre as referências identitárias é tarefa de cada um. No entanto, a matéria-prima, os seus elementos constituintes provem do meio, do grupo de pertença ou do grupo de referência do indivíduo e, neste sentido, a construção identitária será sempre o

resultado de um processo social, através do qual o sujeito se constrói na procura da afirmação do seu eu, diferente dos outros mas reconhecido e aceite por eles.

Esta tensão dinâmica entre o eu e o outro pressupõe que falar de identidade é também falar de inclusão e de exclusão, uma vez que, “se a identidade é uma construção social que define os que, como nós, ficam dentro e os que, como eles, ficam fora” (Gilroy citado por Moreira e Macedo, 2002, pp.19-20), analisar a formação de identidades exige que se compreendam os padrões de inclusão e de exclusão que fazem com que sempre se forme um nós se fechem as portas para um eles. Nesta relação entre o eu e o outro, na construção da identidade é imprescindível compreender os mecanismos, as disputas e as relações de poder no âmbito em que se dividem os semelhantes dos diferente, os Nós dos Outros.

A introdução das relações de poder entre os indivíduos e entre os grupos é fundamental para a compreensão de algumas especificidades dos processos de identificação/diferenciação na construção identitária. Por exemplo, questões como o género, a religião, a etnia (eixos de referência identitária), assim como a interação entre eles, podem contribuir para a formação de polaridades de poder/subordinação características de cada interação específica, diferenciando, mais do que aproximando, sujeitos com apenas uma das características referidas.

A complexificação crescente das sociedades atuais conduz, inevitavelmente, a novos desafios que se colocam aos sujeitos na construção ou reconstrução da sua identidade. Não esquecendo que, como afirmam Moreira e Macedo (2002) a identidade constitui-se como *parte fundamental do movimento pelo qual os indivíduos compreendem os elos, mesmo imaginários, que os mantêm unidos* (p.13).

Assim, é necessário redefinir o próprio conceito de sujeito, como unidade de análise. Este deve ser entendido como agente transformador e criador de si e do mundo e não só como o resultado de determinismos biológicos ou sociológicos.

Atualmente, as sociedades complexificaram-se, impondo novos desafios aos sujeitos. Num contexto de globalização, em que a mudança se impõe como permanente, e em que cada sujeito assume um grande número de papéis sociais pertencendo, simultaneamente, a diferentes grupos que, por vezes, se caracterizam por defenderem interesses distintos e, eventualmente, geradores de tensões ou conflitos pessoais, torna-se inevitável a reconfiguração do sujeito. Uma vez que, *emerge o indivíduo (...) desmunido da segurança dos estereótipos de classe, de sexo, de profissão, etc., [que] tem de buscar e construir o seu próprio papel e a sua identidade* (Dias de Carvalho e Baptista, 2004, p. 12), na interceção do que se espera dele em cada grupo de pertença.



## Comunidades inclusivas e plurais

A comunidade pode ser entendida como uma entidade constituída por um conjunto de pessoas. Se considerarmos as comunidades tradicionais, são comuns as referências a uma certa definição territorial que demarca uma determinada identidade cultural local ou nacional, que constitui o património discursivo disponível para que os sujeitos organizem as suas narrativas pessoais.

Numa época de globalização, as comunidades transformam-se tomando características mais flexíveis. A globalização da economia, os crescentes movimentos migratórios, o crescente acesso à educação e conseqüentemente à cultura escolar, os movimentos cívicos transnacionais conduzem indubitavelmente à falência das referências identitárias tradicionais, promovendo uma certa hibridização das identidades. Neste contexto, importa refletir acerca da forma como é feita a gestão e a inclusão da diferença no seio de uma determinada comunidade.

Nas comunidades tradicionais os processos de identificação-diferenciação são normalmente geridos através da interpretação e classificação das pessoas em dois grupos distintos: o constituído por Nós e o constituído pelos Outros. Aqui o conceito Nós deve ser entendido como o conjunto de Eus (só teoricamente semelhantes) que estão investidos do poder de considerar o Outro como dissemelhante. Assim, o Nós é a comunidade ou o conjunto de pessoas que, dentro da comunidade, têm poder simbólico ou real para serem interpretados como tal. E, neste sentido, a diferença é gerida pela tolerância indiferente, ou a tolerância paternalista que pressupõe o Outro como radicalmente diferente, condenando-o a essa diferença, ou tentando transformá-lo em alguém que se aproxime do que se convencionou considerar como o grupo de referência (Nós), numa perspectiva assimilacionista.

Todas estas perspectivas não têm em conta a diferença como fator de enriquecimento mútuo, uma vez que partem do princípio que a diferença é inconciliável com a convivência.

Ora, o Modelo relacional propõe uma assimetria na avaliação da diferença centrada na partilha do poder de considerar e avaliar a diferença, o que exige a redistribuição do poder do outorgado a Nós.

Além disso, conflui com uma conceção de identidade dinâmica e plural que apresentámos na secção anterior, no sentido de perceber que também o Eu é dinâmico e suscetível de redefinição. Neste contexto, o Nós é também dinâmico na medida em que é constituído por múltiplos Eus.

Neste sentido, a intervenção social e a promoção do desenvolvimento local deve pressupor uma gestão que assente no Modelo Relacional proposto por Stöer e Magalhães (2005). De

acordo com este modelo, a interpretação da diferença baseia-se no pressuposto de que se o Outro é diferente de Nós, então, Nós também somos diferentes do Outro, uma vez que não se estabelece o valor da diferença sem que haja a comparação entre pelo menos dois polos. Assim, o Outro é diferente do Eu, na mesma medida em que o Eu é diferente do Outro. Acresce a este aspeto, um outro que advém das diferenças encontradas na comparação entre duas pessoas que são tidas como pertencentes ao mesmo grupo, ou seja, se considerarmos dois sujeitos nestas condições decerto que também entre eles poderemos encontrar diferenças. E até considerando o mesmo sujeito ao longo do tempo, teremos de considerar o potencial de diferencialidade decorrente das suas transformações identitárias ao longo da vida. Assim, as questões das identidades devem ser consideradas na perspectiva dinâmica que nos permite perceber que as diferenças não são só estabelecidas entre grupos mas também intragrupos e até intrasujeitos. Neste sentido a diversidade não se interpõem entre o Eu e o Outro, mas aproxima-os e torna-os participantes e coautores das diferentes narrativas pessoais. De facto, sem menosprezar a diversidade e as idiosincrasias culturais e particulares, é necessário perceber que a relação que se estabelece com o outro é também reveladora de semelhanças que importa salientar.

### **Considerações finais**

A análise do conceito de identidade permitiu identificar os desafios que as sociedades atuais colocam aos sujeitos no que se refere à gestão das referências identitárias, cada vez mais diversas e complexas. Neste sentido, as visões mais tradicionais que conceptualizavam a identidade como estática, dão lugar a visões mais flexíveis de identidade, que a propõem como um processo contínuo (mas não linear) em que o sujeito tenta (re)organizar a constelação de referências que dão sentido ao discurso que articula na definição de si próprio.

Em termos de intervenção social na área da prevenção e combate à exclusão social, assim como na tarefa da educação para a construção de comunidades inclusivas, é necessário não esquecer que a diferença é constitutiva da identidade e que a interpretação da diversidade é uma questão de poder. Neste sentido, importa perceber e desconstruir os conceitos culturalmente definidos presentes nestas interpretações, que normalmente condicionam as oportunidades que as pessoas interpretam como reais nas suas vidas. Uma vez que o que cada um é, não é independente daquilo que aprendeu que pode ser. Neste sentido importa colocar ao dispor dos sujeitos uma diversidade discursiva que lhes permita, no respeito por quem são, que organizem uma narrativa identitária também mobilizada por aquilo que querem vir a ser, esta tarefa é especialmente relevante no trabalho educativo e transformador de grupos expostos a discriminações e exclusões múltiplas, porque *temos o direito a ser iguais sempre que a*

*diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza* (Santos, 1999, p. 45).

## Referências

- Alcoff, L. (2008). Introduction-Identities: modern and posmodern. In Linda Alcoff & Eduardo Mendieta (Eds.). *Identities: race, class, gender and nationality*. Malden: Blackwell Publishing, pp.1-8.
- Descartes, R. (2003). *Meditações Metafísicas*. Porto: Rés-Editora.
- Dias de Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação Social: fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Dias de Carvalho, A. (2007). O outro como eu. In Rosa Bizarro (Org.). *Eu e o Outro, Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Porto: Areal Editores, pp.12-18.
- Duchesneau, F. (1986). John Locke. In François Châtelet (Dir.). *História da Filosofia*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.167-190.
- Durozoi, G. & Roussel, A. (2000). *Dicionário de Filosofia*. Porto: Porto Editora.
- Grinberg, L. & Grinberg, R. (1998). *Identidade e Mudança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Locke, J. (1999). *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marx, K. (2008). On the Jewish question. In Linda Alcoff & Eduardo Mendieta (Eds.). *Identities: race, class, gender and nationality*. Malden: Blackwell Publishing, pp. 17-28.
- Mead, G. (2008). The self. In Linda Alcoff & Eduardo Mendieta (Eds.). *Identities: race, class, gender and nationality*. Malden: Blackwell Publishing, pp.32-40.
- Moreira, A. & Fernandes de Macedo, E. (2002). Currículo, identidade e diferença. In António Moreira & Elizabeth Fernandes de Macedo (Orgs.). *Currículo, Práticas Pedagógicas e Identidades*. Porto: Porto Editora, pp. 11-33.
- Pio-Abreu, J. (2006). Tempo, Corpo e identidade. Conferência apresentada nas Sextas Jornadas sobre Comportamentos Suicidários, Luso-Coimbra, disponível em [http://www.medicoscentro.com/Pio\\_Abreu/Tempo-corpo-identidade.pdf](http://www.medicoscentro.com/Pio_Abreu/Tempo-corpo-identidade.pdf),( acessido a 2 de Outubro de 2011).
- Ricœur, P. (1990). *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, B. (1999). *A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença*, Oficina do CES, 135. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Stöer, S. e Magalhães, A. (2005). *A Diferença Somos Nós: a gestão da Mudança Social e as políticas educativas e sociais*, Porto: Edições Afrontamento.